



**Banco Original**

**Banco Original S.A.**

Demonstrações Financeiras

**2013**

## ÍNDICE

▪ Relatório da Administração	1
▪ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
▪ Balanços Patrimoniais	3
▪ Demonstrações do Resultado	4
▪ Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	4
▪ Demonstrações dos Fluxos de Caixa	5
▪ Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	6
▪ Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	18

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido iniciamos atividades no segmento Corporate ocorrido no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados extremamente satisfatórios em termos do volume da Carteira de Crédito e pela qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2014 continuaremos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco neste importante nicho do mercado Brasileiro.

#### • Cenário Econômico

##### 1. Contexto Macroeconômico

O segundo semestre de 2013 registrou forte incerteza ao seu início pela dificuldade de avaliação do efeito sobre o crescimento das manifestações de rua em junho. Os indicadores no início do semestre foram realmente negativos, o que levou à queda no Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre. Apesar da queda trimestral, os indicadores mensais mostraram recuperação ao longo do tempo e permitiram que o PIB se recuperasse ao longo do semestre.

Outra característica importante foi a reversão forçada do aumento das tarifas de transporte público em um grande número de cidades. Consequentemente, a inflação recuou fortemente nestes meses, o que ajudou a restabelecer o ganho real dos salários, após o acúmulo de perdas no início do ano que tanto deprimiu o consumo.

O mercado de trabalho continuou a registrar taxas de desemprego cada vez menores, explicadas pela diminuição da expansão da população em idade de trabalhar no último ano. O reflexo do baixo desemprego foi a recuperação do crescimento dos salários nominais ao longo do semestre.

A taxa de investimento da economia recuou no terceiro trimestre, pelo recuo na construção civil, na compra de máquinas e equipamentos e por mais uma redução nos estoques. Apesar do recuo, o segundo semestre foi marcado pela sequência de leilões de concessão do investimento e exploração da infraestrutura de rodovias, aeroportos e o importante leilão do campo de petróleo na área do pré-sal na bacia de Campos.

Um evento marcante no semestre foi a desvalorização acelerada da taxa de câmbio. A incerteza iniciada ainda no primeiro semestre sobre o efeito da redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos se acentuou e o real se desvalorizou fortemente até meados de agosto. O movimento levou o Bacen a introduzir um programa de venda diária de dólar futuro (por meio de "swaps" e linhas comerciais).

O saldo comercial registrou oscilações expressivas ao longo do semestre, relacionados mais uma vez ao aumento da variação no saldo comercial de combustíveis. O investimento estrangeiro na economia diminuiu e o saldo do câmbio contratado no ano foi negativo pela primeira vez desde 2008, embora o superávit comercial tenha encerrado o ano com números melhores.

O semestre também marcou o momento em que o mercado de renda-fixa reavaliou a magnitude da elevação das taxas de juros necessária para o restabelecimento da estabilidade de preços. Como resultado, a continuação do ciclo de elevação da Selic por todo o semestre alterou significativamente as taxas de juros em todos os prazos. A elevação da taxa de juros foi acompanhada da desaceleração do crédito nos bancos públicos, ao passo que os bancos privados voltaram a expandir sua carteira de crédito na esteira do recuo contínuo da inadimplência no semestre.

Por fim, o semestre foi marcado pelo esforço de conter a aceleração moderada, porém contínua, da inflação, ao mesmo tempo em que se avançou nos leilões de concessão do investimento em infraestrutura para o setor privado. A política fiscal se tornou mais contracionista nos meses finais do ano, ao mesmo tempo em que a taxa de juros foi elevada e foi lançado o programa de venda diária de dólar futuro. O crédito bancário privado interrompeu a sua desaceleração ao passo que a balança comercial começou a mostrar reação à taxa de câmbio mais desvalorizada nos últimos dois anos.

#### • Desempenho nos Negócios

##### 1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$47.499 mil, contra um Lucro de R\$164.296 mil apresentados no exercício de 2012, e no segundo semestre de 2013 um lucro de R\$34.008 mil.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou queda em 2013 na comparação com o mesmo período de 2012, basicamente, em função dos impactos da descontinuidade das operações de consignado em 2012.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$28.670 mil de reversão e R\$10.885 mil no mesmo período de 2012.

##### 2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$2.573.639 mil (2012 - R\$2.537.287), são representados por: R\$654.795 Aplicações Interfinanceiras, R\$820.507 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos, de R\$725.768 mil.

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$766.751 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$40.983 mil, correspondente a 5,3% da carteira total, em dezembro de 2012 correspondiam a R\$364.992 mil, R\$31.049 mil, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$1.869.686 mil e em 2012 R\$2.112.472 mil.

##### 3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$1.932.871 mil (Capital Social - R\$2.080.301 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$504 mil e Prejuízos Acumulados - R\$147.934 mil), comparados a R\$1.834.694 mil (Capital Social - R\$1.997.408 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial - R\$6.718 mil e Prejuízos Acumulados - R\$169.432 mil), apresenta evolução de 5,4%, este aumento é decorrente, principalmente, dos aumentos de capital, ocorridos em dezembro e junho de 2013 no valor total de R\$82.893.

#### • Agência de Rating

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's	BR - 2	Baa2.br
Standard & Poor's	brA-3	brBBB

#### • Governança Corporativa

##### 1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais dos Comitês de Governança, que o Banco entende como fundamental para o desempenho dos negócios, com o objetivo de estabelecer o processo de decisão institucional e agregar valor ao negócio.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo Bacen.

#### • Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2013, foram abertas 231 demandas (2012 - 71), todas relativas a Consignados e informadas à Alta Administração do Banco, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução Bacen nº 3.849/2010.

#### • Eventos Recentes

##### 1. Transferências do quadro de colaboradores

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco Original do Agronegócio S.A. foi transferido para o Banco Original S.A.

As obrigações trabalhistas e despesas de pessoal foram em sua maioria transferidas para o Banco Original S.A.

#### • Reestruturação Societária

Em dezembro de 2013, o Banco celebrou a venda da Matone Promotora Ltda (Promotora), devido à descontinuidade de negócio.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco (Vendedor) vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) (Comprador) e a Matone Participações S.A. (Comprador), denominados (Compradores), a rede de lojas Bem Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Banco deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados.

#### • Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 19 de março de 2014

**Diretoria**

(Aprovado na reunião da Diretoria de 19 de março de 2014)



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2014



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Alberto Spilborghs Neto**  
Contador CRC 1SP167455/O-0

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>		<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>2.066.040</b>	<b>2.110.696</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>426.292</b>	<b>498.404</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>21.172</b>	<b>306</b>	<b>Depósitos</b>	<b>15.a</b>	<b>125.647</b>	<b>257.079</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liq.</b>	<b>5</b>	<b>649.723</b>	<b>1.008.056</b>	Depósitos à Vista		7.452	1.176
Aplicações no Mercado Aberto		547.777	853.038	Depósitos Interfinanceiros		36.642	36.459
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		101.946	155.018	Depósitos a Prazo		81.553	219.444
<b>Títulos e Valores Mobiliários e</b>				<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>15.b</b>	<b>78.829</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos Financ. Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>709.179</b>	<b>824.375</b>	Carteira Própria		78.829	-
Carteira Própria		593.390	675.856	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>15.c</b>	<b>55.338</b>	<b>12.363</b>
Vinculados à Compromissos de Recompra		78.926	-	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		55.338	12.363
Vinculados à Prestação de Garantias		32.219	148.519	<b>Relações Interdependências</b>	<b>15.d</b>	<b>20.773</b>	<b>-</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	4.644	-	Recursos em Trânsito de Terceiros		20.773	-
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>1.295</b>	<b>174</b>	<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>15.e</b>	<b>21.764</b>	<b>9.139</b>
Créditos Vinculados:		88	83	Outras Instituições		21.764	9.139
Depósitos no Banco Central		88	83	<b>Instrumentos Financ. Derivativos</b>	<b>6.b</b>	<b>4.229</b>	<b>-</b>
Correspondentes		1.207	91	Instrumentos Financeiros Derivativos		4.229	-
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>508.682</b>	<b>179.102</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>16</b>	<b>119.712</b>	<b>219.823</b>
Setor Privado		529.359	198.446	Sociais e Estatutárias	18.c	10.000	80.793
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(20.677)	(19.344)	Fiscais e Previdenciárias	16.a	29.023	58.917
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>172.598</b>	<b>96.806</b>	Negociação e Intermediação de Valores		339	699
Rendas a Receber		68	78	Diversas	16.b	80.350	79.414
Negociação e Intermediação de Valores		1.569	59	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>213.526</b>	<b>204.189</b>
Créditos Tributários	9.a	38.584	45.177	<b>Depósitos</b>	<b>15.a</b>	<b>157.315</b>	<b>158.812</b>
Diversos	9.c	132.377	51.497	Depósitos a Prazo		157.315	158.812
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(5)	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>15.c</b>	<b>2.244</b>	<b>-</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>10</b>	<b>3.391</b>	<b>1.877</b>	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.244	-
Despesas Antecipadas	10	3.391	1.877	<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>15.e</b>	<b>3.446</b>	<b>-</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>479.623</b>	<b>298.658</b>	Outras Instituições		3.446	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>5.072</b>	<b>-</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>16</b>	<b>50.521</b>	<b>45.377</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.072	-	Diversas	16.b	50.521	45.377
<b>Títulos e Valores Mobiliários e</b>				<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>		<b>950</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>111.328</b>	<b>-</b>	Rendas Antecipadas		950	-
Carteira Própria		102.030	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>18</b>	<b>1.932.871</b>	<b>1.834.694</b>
Vinculados à Prestação de Garantias		9.298	-	Capital Social:		2.080.301	1.997.408
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>217.086</b>	<b>154.841</b>	De Domiciliados no País	18.a	2.080.301	1.997.408
Setor Privado		237.392	166.546	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	504	6.718
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(20.306)	(11.705)	Lucros ou Prejuízos Acumulados		(147.934)	(169.432)
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>124.573</b>	<b>118.176</b>				
Créditos Tributários	9.a	124.573	118.176				
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>10</b>	<b>21.564</b>	<b>25.641</b>				
Outros Valores e Bens		37.052	41.129				
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)	(15.488)				
<b>Permanente</b>		<b>27.976</b>	<b>127.933</b>				
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>604</b>	<b>122.358</b>				
Participações em Coligadas e Controladas:		-	121.754				
No País	11	-	121.754				
Outros Investimentos		604	604				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>12</b>	<b>7.292</b>	<b>5.455</b>				
Outras Imobilizações de Uso		16.388	12.873				
(Depreciações Acumuladas)		(9.096)	(7.418)				
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>13</b>	<b>20.080</b>	<b>-</b>				
Ativos Intangíveis		20.080	-				
<b>Diferido</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>120</b>				
Gastos de Organização e Expansão		1.227	1.227				
(Amortizações Acumuladas)		(1.227)	(1.107)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.573.639</b>	<b>2.537.287</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>2.573.639</b>	<b>2.537.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>160.991</b>	<b>295.134</b>	<b>677.863</b>
Operações de Crédito	8.g	90.999	147.350	202.258
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	99.060	173.871	244.537
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(29.134)	(26.153)	231.068
Resultado de Operações com Câmbio		66	66	-
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(42.370)</b>	<b>(74.579)</b>	<b>(108.300)</b>
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(22.841)	(44.522)	(74.719)
Operações de Empréstimos e Repasses		(320)	(428)	(197)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(19.209)	(29.629)	(33.384)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>118.621</b>	<b>220.555</b>	<b>569.563</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(65.177)</b>	<b>(124.659)</b>	<b>(331.208)</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	21	1.969	2.792	141
Despesas de Pessoal	22	(42.559)	(69.728)	(12.529)
Outras Despesas Administrativas	23	(28.354)	(58.720)	(240.322)
Despesas Tributárias	24	(5.701)	(11.158)	(28.725)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	5.036	13.700	7.117
Outras Receitas Operacionais	25	4.813	6.828	1.550
Outras Despesas Operacionais	26	(381)	(8.373)	(58.440)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>53.444</b>	<b>95.896</b>	<b>238.355</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>27</b>	<b>464</b>	<b>418</b>	<b>533</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>53.908</b>	<b>96.314</b>	<b>238.888</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>28</b>	<b>(7.848)</b>	<b>(13.984)</b>	<b>(62.930)</b>
Provisão para Imposto de Renda		1.477	(1.196)	(21.610)
Provisão para Contribuição Social		879	(476)	(13.264)
Ativo Fiscal Diferido		(10.204)	(12.312)	(28.056)
<b>Participações no Lucro</b>		<b>(12.052)</b>	<b>(34.831)</b>	<b>(11.662)</b>
<b>Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>34.008</b>	<b>47.499</b>	<b>164.296</b>
<b>Juros sobre Capital Próprio</b>		<b>(26.000)</b>	<b>(26.000)</b>	<b>(95.050)</b>
<b>Lucro Líquido por Ação - em R\$537.826.073 Ações</b>		<b>0,0632</b>	<b>0,0883</b>	<b>0,3055</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>25.641</b>	<b>(238.678)</b>	<b>1.784.371</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	(18.923)	-	(18.923)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	164.296	164.296
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	18.c	-	-	-	(95.050)	(95.050)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>1.997.408</b>	<b>-</b>	<b>6.718</b>	<b>(169.432)</b>	<b>1.834.694</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.923)</b>	<b>69.246</b>	<b>50.323</b>
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	18.c	-	-	-	12.100	12.100
Aumento de Capital em Andamento	18.a	-	12.100	-	(12.100)	-
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		70.793	-	-	-	70.793
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	(6.214)	-	(6.214)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	47.499	47.499
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	18.c	-	-	-	(26.000)	(26.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>2.068.201</b>	<b>12.100</b>	<b>504</b>	<b>(147.934)</b>	<b>1.932.871</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>70.793</b>	<b>12.100</b>	<b>(6.214)</b>	<b>21.499</b>	<b>98.178</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>		<b>2.068.201</b>	<b>-</b>	<b>3.406</b>	<b>(155.942)</b>	<b>1.915.665</b>
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	18.c	-	-	-	12.100	12.100
Aumento de Capital em Andamento	18.a	-	12.100	-	(12.100)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	(2.902)	-	(2.902)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	34.008	34.008
Destinações:						
Juros sobre o Capital Próprio	18.c	-	-	-	(26.000)	(26.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>2.068.201</b>	<b>12.100</b>	<b>504</b>	<b>(147.934)</b>	<b>1.932.871</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>34.008</b>	<b>47.499</b>	<b>164.296</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício:</b>		<b>32.642</b>	<b>65.632</b>	<b>71.022</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	19.209	29.629	33.379
Provisão para Outros Créditos	8.e	–	–	5
Reversão de Outras Provisões de Crédito		–	–	(46.150)
Constituição/(Reversão) de Provisão para Despesas Administrativas		–	–	5.191
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	11	(5.036)	(13.700)	(7.117)
Depreciações e Amortizações	23	801	1.799	2.271
Tributos Diferidos		10.204	12.312	28.056
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	26	(4.588)	761	44.525
Provisão de Participações no Lucro		12.052	34.831	11.662
Prejuízo na Alienação de Participação Societária		–	–	(685)
Resultado na Alienação de Bens não de Uso		–	–	(181)
Perda de Capital		–	–	66
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>		<b>66.650</b>	<b>113.131</b>	<b>235.318</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(355.092)</b>	<b>(707.874)</b>	<b>735.654</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(127.461)	(156.411)	(55.528)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		148.959	(10.429)	1.218.778
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		20.169	19.657	(144)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(24)	(5)	–
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(334.646)	(436.575)	331.094
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(112.322)	(82.189)	135.243
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		2.273	(1.514)	(24.032)
Aumento (Redução) em Depósitos		(79.377)	(132.929)	(508.325)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		58.379	78.829	(315.108)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		43.643	45.219	(37.728)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		21.093	16.071	9.139
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		3.656	(48.548)	(17.735)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		566	950	–
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(288.442)</b>	<b>(594.743)</b>	<b>970.972</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.868)	(3.515)	(1.389)
Aplicações no Intangível		(12.053)	(20.080)	–
Alienação de Bens não de Uso		732	4.077	7.553
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		135.455	135.455	21.096
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		–	–	(33.035)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>122.266</b>	<b>115.937</b>	<b>(5.775)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		–	(10.000)	–
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>–</b>	<b>(10.000)</b>	<b>–</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(166.176)</b>	<b>(488.806)</b>	<b>965.197</b>
<b>Modificações na Posição Financeira:</b>				
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>4</b>	<b>680.952</b>	<b>1.003.582</b>	<b>38.385</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>514.776</b>	<b>514.776</b>	<b>1.003.582</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto Operacional**

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

**2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 19 de março de 2014 e estão divulgadas, no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

**3. Principais Práticas Contábeis**

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

**a) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

**b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

**c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores são compostos conforme Nota 4.

**e) Títulos e Valores Mobiliários**

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

**f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

**g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência devem permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

**h) Outros ativos**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

**i) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**j) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**j.1) Títulos Patrimoniais**

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

**j.2) Investimentos em Controladas**

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

**j.3) Imobilizado de Uso e Diferido**

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR nº 99, sendo, edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10%, conforme Nota 12.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme Nota 14.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa.

**j.4) Intangível**

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

**k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")**

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

**m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)**

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

**n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (Fiscais e Previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

**o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

**p) Outros Passivos**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

**q) Resultado de Exercícios Futuros**

Entenda-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

**r) Partes Relacionadas**

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 20.c.

**s) Resultado por Ação**

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

**t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)**

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No exercício de 2013 e 2012 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 18.c.

**u) Informações Suplementares**

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP nº 627/2013 que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP nº 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e ao COFINS.

O Banco aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/2013 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**
**Composição**

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

**Total**

**31/12/2013**

21.172

493.604

**514.776**

**31/12/2012**

306

1.003.276

**1.003.582**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	Até 3	De 3 a	Acima de	31/12/2013	31/12/2012
	Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>443.447</b>	<b>104.330</b>	<b>-</b>	<b>547.777</b>	<b>853.038</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>443.447</b>	<b>104.330</b>	<b>-</b>	<b>547.777</b>	<b>853.038</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	144.754	104.330	-	249.084	2.001
Notas do Tesouro Nacional - NTN	298.693	-	-	298.693	851.037
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>50.157</b>	<b>51.788</b>	<b>5.073</b>	<b>107.018</b>	<b>155.018</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	50.157	51.788	3.889	105.834	153.837
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	140	140	120
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	964	964	777
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	80	80	284
<b>Total</b>	<b>493.604</b>	<b>156.119</b>	<b>5.072</b>	<b>654.795</b>	<b>1.008.056</b>
<b>Circulante</b>				<b>649.723</b>	<b>1.008.056</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>5.072</b>	<b>-</b>

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

**6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**
**a) Títulos e Valores Mobiliários**

Com observância a Circular nº 3.068 e do Bacen, conforme decisão tomada pelo Comitê de Diretoria, por ocasião do fechamento de Balanço a carteira de ações da JBS será reclassificada do ponto de vista contábil de Disponível para Venda para Livre Negociação, e na visão de risco, da carteira de não negociação para de negociação.

**a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva**
**a.1.1) Títulos para Negociação**

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2013	31/12/2012
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos para Negociação</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	579.158	(2.777)	576.381	430.967
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	62.463
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	77.174
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.881	(13)	2.868	-
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>582.039</b>	<b>(2.790)</b>	<b>579.249</b>	<b>570.604</b>
<b>Títulos Privados</b>				
Ações de Companhias Abertas <sup>(1)</sup>	65.875	39.166	105.041	-
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>65.875</b>	<b>39.166</b>	<b>105.041</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>647.914</b>	<b>36.376</b>	<b>684.290</b>	<b>570.604</b>

**a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda**

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2013	31/12/2012
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	100.796	(2.140)	98.656	-
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>100.796</b>	<b>(2.140)</b>	<b>98.656</b>	<b>-</b>
<b>Títulos Privados</b>				
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC <sup>(2)</sup>	-	-	-	164
Ações de Companhias Abertas <sup>(3)</sup>	26.522	3.021	29.543	250.397
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI <sup>(4)</sup>	3.374	-	3.374	3.210
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>29.896</b>	<b>3.021</b>	<b>32.917</b>	<b>253.771</b>
<b>Total</b>	<b>130.692</b>	<b>881</b>	<b>131.573</b>	<b>253.771</b>

**a.2) Classificação e Vencimento**

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013
				Total
<b>Títulos para Negociação</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	529.428	46.953	576.381
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	287	2.581	2.868
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>529.715</b>	<b>49.534</b>	<b>579.249</b>
<b>Títulos Privados</b>				
Ações de Companhias Abertas	105.041	-	-	105.041
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>105.041</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.041</b>
<b>Total</b>	<b>105.041</b>	<b>529.715</b>	<b>49.534</b>	<b>684.290</b>
<b>Circulante</b>				<b>634.756</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>49.534</b>
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>				
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	98.656	98.656
<b>Total Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.656</b>	<b>98.656</b>
<b>Títulos Privados</b>				
Ações de Companhias Abertas	-	29.543	-	29.543
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	3.374	3.374
<b>Total Títulos Privados</b>	<b>-</b>	<b>29.543</b>	<b>3.374</b>	<b>32.917</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>29.543</b>	<b>102.030</b>	<b>131.573</b>
<b>Circulante</b>				<b>29.543</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>102.030</b>

<sup>(1)</sup> Em dezembro de 2013 foi realizada a reclassificação das ações da JBS (JBSS3) de Disponível para Venda para Negociação, com observância a Circular nº 3.068 do Bacen, o impacto no resultado do período líquido dos impostos foi de R\$22.407. Essas ações são compostas por 11.977.329 - R\$65.875 (2012 - 38.399 - R\$230.398).

<sup>(2)</sup> Os FIDCs estão contabilizados pelo valor da cota divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

<sup>(3)</sup> As ações de companhia aberta estão compostas por 3.330.699 - R\$26.522 (2012 - 3.447.999 - R\$19.999) ações da Vigor Alimentos S.A. (VIGR3). Tais ações encontram-se classificadas como Títulos disponíveis pra venda, havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no Patrimônio Líquido, considerando os efeitos tributários.

<sup>(4)</sup> A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 11,00% e 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&amp;FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&amp;FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

**a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/12/2013</b>	<b>01/12/2012</b>
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	32.458	68.506	19.977
Rendas de Títulos de Renda Fixa	27.435	32.319	186.987
Rendas de Títulos de Renda Variável	39.167	72.881	37.573
Outros	-	165	-
<b>Total</b>	<b>99.060</b>	<b>173.871</b>	<b>244.537</b>

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos**

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 29.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"	"Value at Risk" dez/13			dez/12
	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
<b>Fator de Risco</b>				
Prefixado	Taxas de Juros prefixadas	666	-	7.888
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	658	-	-
Milho	Preço do Milho CEPEA	102	-	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	922	-	-
Índices Ibovespa	Índice de Ações Ibovespa	28	-	-
Ação Bovespa <sup>(1)</sup>	Ação da Bovespa	381	23.292	-
<b>Exposição com Correlação</b>		<b>2.716</b>	<b>23.292</b>	<b>7.888</b>

Carteira "Banking"	Teste de Estresse dez/13			dez/12
	Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		19.808	25.440	8.823

<sup>(1)</sup> Referente ao fator de risco das ações da JBS, que foram reclassificadas para "Trading".

**b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado**

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
<b>NDF</b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>4.644</b>	<b>4.644</b>	<b>281.473</b>	-	-	-
Dólar	4.644	4.644	281.473	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(1.981)</b>	<b>(4.039)</b>	<b>(281.473)</b>	-	-	-
Dólar	(1.981)	(4.039)	(281.473)	-	-	-
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>2.663</b>	<b>605</b>	<b>-</b>	-	-	-
<b>Swap</b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>11</b>	-	<b>5.130</b>	-	-	-
CDI	11	-	5.130	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(17)</b>	<b>(190)</b>	<b>(5.130)</b>	-	-	-
CDI	(17)	(190)	(5.130)	-	-	-
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>(7)</b>	<b>(190)</b>	<b>-</b>	-	-	-

<sup>(1)</sup> Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.663	(2.058)	605	281.473	-	-
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(7)	(183)	(190)	5.130	-	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	858.639	-	8.073.500
<b>Total</b>	<b>2.656</b>	<b>(2.240)</b>	<b>415</b>	<b>1.145.242</b>	<b>-</b>	<b>8.073.500</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento**

	Até			31/12/2013	31/12/2012
	6 Meses	Total	Total	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	605	605			-
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(190)	(190)			-
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>415</b>			-

  

	Até 6	De 6 a	Acima de	31/12/2013	31/12/2012
	Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
<b>Futuros referencial</b>					
DI	478.809	49.556	69.550	597.914	8.073.500
Dólar	260.724	-	-	260.724	-
<b>Total</b>	<b>739.534</b>	<b>49.556</b>	<b>69.550</b>	<b>858.639</b>	<b>8.073.500</b>

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$1.230 (2012 - (R\$641)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$41.517 (2012 - R\$148.519) este representado por LTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

**b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

	2º Semestre			01/01 a		01/01 a	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	5.347	(2.705)	2.642	5.345	(2.705)	2.640	-
"Swap"	2.312	(692)	1.620	2.312	(955)	1.357	52
Opções	172	(49)	123	198	(537)	(339)	(15)
DI	5.508	(4.317)	1.191	16.056	(13.874)	2.182	236.289
DDI	6	(463)	(457)	6	(463)	(457)	-
BGI	-	(303)	(303)	4.618	(1.560)	3.058	(260)
Moedas	478	(32.206)	(31.728)	2.608	(33.028)	(30.420)	3.085
Índice	22	-	22	245	(706)	(461)	(6.053)
Milho	-	(87)	(87)	928	(1.719)	(791)	(168)
Dólar	-	(2.157)	(2.157)	-	(2.922)	(2.922)	(1.862)
<b>Total</b>	<b>13.845</b>	<b>(42.979)</b>	<b>(29.134)</b>	<b>32.316</b>	<b>(58.469)</b>	<b>(26.153)</b>	<b>231.068</b>

**7. Relações Interfinanceiras**

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

**8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa**
**a) Carteira de Créditos - Composição por Produto**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>578.910</b>	<b>344.690</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>578.910</b>	<b>344.690</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	166.250	103.785
Capital de Giro	308.566	95.080
Conta Corrente Garantida	41.793	1.935
Empréstimo Consignado	61.280	142.460
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.021	1.430
<b>Financiamentos</b>	<b>160.379</b>	-
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) <sup>(2)</sup>	160.379	-
<b>Financiamentos Rurais e Agroindustriais</b>	<b>19.580</b>	<b>7.928</b>
<b>Financiamentos Imobiliários</b>	<b>7.882</b>	<b>12.374</b>
<b>Outros Créditos (Nota 9.c)</b>	-	<b>52</b>
Devedores por Compra de Valores e Bens	-	52
<b>Subtotal</b>	<b>766.751</b>	<b>365.044</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(40.983)</b>	<b>(31.049)</b>
<b>Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	-	<b>(5)</b>
<b>Total</b>	<b>725.768</b>	<b>333.990</b>
<b>Circulante</b>	<b>508.682</b>	<b>179.097</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>217.086</b>	<b>154.841</b>

<sup>(1)</sup> Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

<sup>(2)</sup> Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

**b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades**

	Parcelas a Vencer até			31/12/2013	31/12/2012
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
<b>Setor Privado</b>					
Indústria	-	-	-	-	12.712
Comércio	-	407.166	168.987	576.153	34.969
Outros Serviços	4.200	60.160	21.464	85.824	109.455
Pessoas Físicas	8.733	62.033	34.008	104.774	207.908
Crédito Imobiliário	126	857	6.898	7.881	-
Crédito Consignado	8.497	27.865	24.918	61.280	142.460
Outros <sup>(1)</sup>	110	33.311	2.192	35.613	65.448
<b>Total</b>	<b>12.933</b>	<b>529.359</b>	<b>224.459</b>	<b>766.751</b>	<b>365.044</b>

<sup>(1)</sup> Em 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CCB, CPR, Capital de Giro e Conta Corrente Garantida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**c) Concentração de Crédito**

	31/12/2013				31/12/2012	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	362.290	47%	11.876	28%	226.713	62%
50 Maiores Devedores Seguintes	336.403	44%	7.381	18%	18.436	5%
100 Maiores Devedores Seguintes	9.441	1%	1.772	4%	7.831	2%
Demais Devedores Seguintes	58.617	8%	19.954	48%	112.064	31%
<b>Total</b>	<b>766.751</b>	<b>100%</b>	<b>40.983</b>	<b>100%</b>	<b>365.044</b>	<b>100%</b>

**d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2013. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2013	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal <sup>(1)</sup>	Curso Anormal <sup>(1)</sup>		Provisão	
			Total	Requerida	Requerida	
A	0,5%	112.910	-	112.910	565	565
B	1%	364.753	2.979	367.732	3.677	3.677
C	3%	215.382	1.223	216.605	6.498	6.498
D	10%	20.478	843	21.321	2.132	2.132
E	30%	15	21.453	21.468	6.440	6.440
F	50%	8.945	713	9.658	4.829	4.829
G	70%	28	692	720	505	505
H	100%	2.002	14.335	16.337	16.337	16.337
<b>Total</b>		<b>724.513</b>	<b>42.238</b>	<b>766.751</b>	<b>40.983</b>	<b>40.983</b>

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2012	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal <sup>(1)</sup>	Curso Anormal <sup>(1)</sup>		Provisão	
			Total	Requerida	Requerida	
A	0,5%	124.159	-	124.159	621	621
B	1%	106.180	5.356	111.536	1.115	1.115
C	3%	38.145	46.367	84.512	2.536	2.536
D	10%	12.682	3.389	16.071	1.607	1.607
E	30%	5	2.189	2.194	658	658
F	50%	16	2.206	2.222	1.111	1.111
G	70%	16	3.128	3.144	2.200	2.200
H	100%	304	20.902	21.206	21.206	21.206
<b>Total</b>		<b>281.507</b>	<b>83.537</b>	<b>365.044</b>	<b>31.054</b>	<b>31.054</b>

<sup>(1)</sup>Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>31.054</b>	<b>174.000</b>
Constituições Líquida de Reversão	44.750	65.451
Baixa para Prejuízo	(34.821)	(208.397)
<b>Saldo Final<sup>(1)</sup></b>	<b>40.983</b>	<b>31.054</b>
<b>Circulante</b>	<b>(20.677)</b>	<b>(19.349)</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>(20.306)</b>	<b>(11.705)</b>
<b>Créditos Recuperados<sup>(2)</sup></b>	<b>58.299</b>	<b>22.499</b>

<sup>(1)</sup>Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

<sup>(2)</sup>Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

**e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>94</b>	<b>47.289</b>
Constituições Líquida de Reversão	7	(47.195)
<b>Saldo Final<sup>(1)</sup></b>	<b>101</b>	<b>94</b>

<sup>(1)</sup>A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

**e.2) Movimentação de Outras Provisões de Crédito**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>15.128</b>	<b>-</b>
Constituições Líquida de Reversão	(15.128)	15.128
<b>Saldo Final<sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>15.128</b>

<sup>(1)</sup>A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

No exercício de 2013 os créditos renegociados é de R\$42.587 relativos às operações vencidas e repactuadas, 2012 não houve créditos renegociados. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

**f) Cessão de Crédito**
**f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

No exercício de 2013 o Banco transferiu o montante de R\$25.441, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	31/12/2013	31/12/2012
Total da Carteira Cedida	25.441	25.441
Valor da Venda	24.413	24.413
Lucro com Cessão de Créditos (Nota 8.g)	1.028	1.028
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 8.g)	6.675	6.675

<sup>(1)</sup>O resultado relativo aos créditos cedidos sem coobrigação em 2012 foi de R\$204.050, conforme Nota 8.g.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**g) Resultado de Operações de Crédito**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	-	2
Rendas de Empréstimos	41.111	74.428	20.637
Rendas de Financiamentos	11.922	15.539	5.634
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	38.070	58.299	22.499
Resultado com Cessão de Créditos (Nota 8.f.1)	781	1.028	204.050
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(885)	(1.944)	(50.564)
<b>Total</b>	<b>90.999</b>	<b>147.350</b>	<b>202.258</b>

**9. Outros Créditos**
**a) Créditos Tributários**
**Créditos Fiscais Diferidos**
**Saldo Inicial**

Constituições

Reversões

**Saldo Final**
**Débitos Fiscais Diferidos**
**Saldo Inicial**

Constituições

Reversões

**Saldo Final**
**a.1) Ativo Fiscal Diferido**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Prejuízo Fiscal	255.256	257.531
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>63.814</b>	<b>64.383</b>
Base Negativa de Contribuição Social	256.365	257.725
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%</b>	<b>38.455</b>	<b>38.659</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.983	31.049
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	1.703
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	-	15.222
Provisão para Contingências Trabalhistas	20.105	2.756
Provisão para Contingências Cíveis	23.532	42.621
Provisão para Despesas Administrativas	25.363	673
Provisão PLR - Administradores	13.939	9.587
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	8.079
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(376)
Perdas em Operações de Crédito	18.942	24.158
Outras Diferenças Temporárias	2.580	4.870
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	146.993	146.243
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	160.932	155.831
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>36.748</b>	<b>36.561</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>24.140</b>	<b>23.375</b>
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	8.079
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>-</b>	<b>8.079</b>
Aliquota de PIS/Cofins	-	-
<b>Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>-</b>	<b>376</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>163.157</b>	<b>163.353</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.584</b>	<b>45.177</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>124.573</b>	<b>118.176</b>

**a.2) Passivo Fiscal Diferido**

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	34.310	7.727
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	881	11.742
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(1.636)	(905)
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.171	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(287)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	39.439	18.564
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>9.860</b>	<b>4.641</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>5.916</b>	<b>2.785</b>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	34.310	7.727
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	881	11.742
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.171	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>41.362</b>	<b>19.469</b>
Aliquota de PIS/Cofins	-	-
<b>Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>1.923</b>	<b>905</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>17.699</b>	<b>8.331</b>
<b>Circulante</b>	<b>17.699</b>	<b>8.331</b>

**a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido**

Ano	31/12/2013			31/12/2012		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2013	-	-	-	45.177	8.331	36.846
2014	38.584	17.699	20.885	17.096	-	17.096
2015	27.029	-	27.029	27.509	-	27.509
2016	17.745	-	17.745	72.012	-	72.012
2017	26.198	-	26.198	1.559	-	1.559
2018	43.651	-	43.651	-	-	-
Após 2019	9.949	-	949	-	-	-
<b>Total</b>	<b>163.157</b>	<b>17.699</b>	<b>145.458</b>	<b>163.353</b>	<b>8.331</b>	<b>155.022</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**b) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$122.397 (2012 - R\$138.663), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP nº 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**c) Outros Créditos - Diversos**

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	8.058	40.173
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais <sup>(1)</sup>	1.399	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	3.423	2.812
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	2.946	955
Adiantamentos Salariais/Outros	476	311
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	-	52
Valor a Receber de Alienação de Investimento (Nota 30)	70.942	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.c)	40.834	1.169
Outros	4.299	4.626
<b>Total</b>	<b>132.377</b>	<b>51.497</b>
<b>Circulante</b>	<b>132.377</b>	<b>51.497</b>

<sup>(1)</sup> O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

**10. Outros Valores e Bens**

	31/12/2013	31/12/2012
Bens não de Uso - Imóveis	37.052	41.129
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	3.391	1.877
<b>Total</b>	<b>24.955</b>	<b>27.518</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.391</b>	<b>1.877</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>21.564</b>	<b>25.641</b>

**11. Participações em Coligadas e Controladas**

	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido/ (Prejuízo)		Valor dos investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	Ajustado	31/12/2013	01/01 a	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a	31/12/2013
<b>Controladas do Banco</b>								
Matone Promotora Ltda (Promotora) <sup>(1) (2)</sup>	-		13.700		-	121.754	13.700	10.510
Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S.A. <sup>(3)</sup>	-		-		-	-	-	(3.393)

<sup>(1)</sup> Em 2012 a diferença entre o patrimônio líquido e o saldo do investimento que o Banco possui nesta empresa é de R\$487, refere-se ao deságio na aquisição de quotas ocorrida em julho/2011;

<sup>(2)</sup> Investimento alienado em dezembro de 2013 (Nota 30.a); e

<sup>(3)</sup> Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco concluiu a alienação (Nota 30.b).

**12. Imobilizado de Uso**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.917	(889)	3.028	899
Sistemas de Processamento de Dados	10.992	(7.347)	3.645	3.846
Sistemas de Segurança e Comunicações	926	(393)	533	569
Outros	553	(467)	86	141
<b>Total</b>	<b>16.388</b>	<b>(9.096)</b>	<b>7.292</b>	<b>5.455</b>

**13. Intangível**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Líquido	Líquido	Líquido
Folha de Pagamento	12.088	12.088	-	-
Gastos com Desenvolvimento e Manutenção	5.581	5.581	-	-
Gastos com Consultoria	2.411	2.411	-	-
<b>Total</b>	<b>20.080</b>	<b>20.080</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O Banco está reconhecendo um intangível gerado internamente, referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes.

**14. Diferido**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos de Organização e Expansão	1.227	(1.227)	-	120
<b>Total</b>	<b>1.227</b>	<b>(1.227)</b>	<b>-</b>	<b>120</b>

**15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses**
**a) Depósitos**

					31/12/2013	31/12/2012
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	7.452	-	-	-	7.452	1.176
Depósitos Interfinanceiros	-	36.642	-	-	36.642	36.459
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	36.722	44.831	157.315	238.868	378.256
<b>Total</b>	<b>7.452</b>	<b>73.364</b>	<b>44.831</b>	<b>157.315</b>	<b>282.962</b>	<b>415.891</b>
<b>Circulante</b>					<b>125.647</b>	<b>257.079</b>
<b>Longo Prazo</b>					<b>157.315</b>	<b>158.812</b>

<sup>(1)</sup> Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 115% do CDI (2012 - 100% e 115%); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,83% a.a. e 10,50% a.a. (2012 - 5,30% a.a. e 13,75% a.a.). Para operações de CDI, com taxas pós-fixadas praticadas de 100% do CDI (2012 - 100%); e para DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (2012 - 113% e 123%), ou 100% do IGPM + 9% a.a. (2012 - 100% + 9% a.a.).

**a.1) Despesa de Captação no Mercado**

	01/01 a		01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Depósitos Interfinanceiros	1.584	2.815	4.862	-
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	16.535	33.636	53.526	-
Captação no Mercado Aberto	1.006	1.269	9.604	-
Outros <sup>(1)</sup>	3.716	6.802	6.727	-
<b>Total</b>	<b>22.841</b>	<b>44.522</b>	<b>74.719</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**b) Captações no Mercado Aberto**

	De 3 a 12 Meses	31/12/2013	31/12/2012
		Total	Total
Carteira Própria	78.829	78.829	-
Títulos Públicos <sup>(1)</sup>	78.829	78.829	-
<b>Total</b>	<b>78.829</b>	<b>78.829</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>		<b>78.829</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se a LTN.

**c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013	31/12/2012
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	32.923	22.415	2.244	57.582	12.363
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	32.923	22.415	2.244	57.582	12.363
<b>Total</b>	<b>32.923</b>	<b>22.415</b>	<b>2.244</b>	<b>57.582</b>	<b>12.363</b>
<b>Circulante</b>				<b>55.338</b>	<b>12.363</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>2.244</b>	<b>-</b>

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 80% e 102% do CDI (2012 - 90% e 100%). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,38% a.a. e 9,85% (2012 - 6,10% a.a. e 7,26% a.a.).

**d) Relações Interdependências**

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

**e) Obrigações por Repasses do País**

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013	31/12/2012
				Total	Total
Funcafé - FAC	8	1.750	-	1.758	3.078
Funcafé - Custeio	5.716	3.001	-	8.717	2.012
Funcafé - Estocagem	-	4.003	-	4.003	3.032
Funcafé - Capital de Giro	1.258	6.028	3.446	10.732	1.017
<b>Total</b>	<b>6.982</b>	<b>14.782</b>	<b>3.446</b>	<b>25.210</b>	<b>9.139</b>
<b>Circulante</b>				<b>21.764</b>	<b>9.139</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>3.446</b>	<b>-</b>

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**16. Outras Obrigações**
**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	192	318
Impostos e Contribuições sobre Salários	3.768	457
Outros	5.779	14.936
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	1.142	21.611
Provisão para Contribuição Social	443	13.264
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	17.699	8.331
<b>Total</b>	<b>29.023</b>	<b>58.917</b>
<b>Circulante</b>	<b>29.023</b>	<b>58.917</b>

**b) Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1.1)	20.105	2.756
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2.1)	26.033	42.621
Provisão para Outros Créditos (Nota 8.e.1)	101	15.222
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	46.166	12.023
Outras Despesas Administrativas	215	27
Outros Pagamentos	5.012	5.552
Consignados	1.973	2.383
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios <sup>(1)</sup>	11.080	9.359
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.167	2.772
Cessões de Crédito a Liquidar <sup>(2)</sup>	14.741	30.628
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	1.043	32
Outras	3.235	1.416
<b>Total</b>	<b>130.871</b>	<b>124.791</b>
<b>Circulante</b>	<b>80.350</b>	<b>79.414</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>50.521</b>	<b>45.377</b>

<sup>(1)</sup> Valores a pagar para correspondentes bancários.

<sup>(2)</sup> Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

**17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões**
**a) Ativos Contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2013 e 2012.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**b) Provisões e Passivos Contingentes**
**b.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía R\$20.105 (2012 - R\$2.756) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$3.423 (2012 - R\$2.812).

**b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2.756</b>	<b>1.590</b>
Constituição Líquida de Reversão	17.349	1.166
<b>Saldo Final</b>	<b>20.105</b>	<b>2.756</b>

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados.

A partir de dezembro de 2013 a análise do prognóstico de perda dos advogados foi substituída pela análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas. Em virtude do aprimoramento da metodologia de apuração, o efeito do ajuste foi reconhecido no resultado.

Do montante constituído a entidade executou um registro de provisão para obrigações decorrentes de uma descontinuidade no valor de R\$5.823. Em dezembro de 2013 o Banco vendeu (alienou) a Promotora. A provisão de descontinuidade executada é necessária para cobrir eventuais contingências passivas que possam ocorrer na Promotora, assumida pelo Banco no ato da alienação.

**b.2) Provisão para Processos Cíveis**

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía R\$26.033 (2012 - R\$42.621) de ações cíveis com saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$2.946 (2012 - R\$955).

**b.2.1) Movimentação das Provisões para Processos Cíveis**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>42.621</b>	<b>-</b>
Constituição Líquida de Reversão	(16.588)	42.621
<b>Saldo Final</b>	<b>26.033</b>	<b>42.621</b>

Em 2012 a provisão era contabilizada a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio sob o montante total das causas cíveis informadas pelos advogados.

Em 2013 ocorreu uma mudança de estimativa com aprimoramento da metodologia, onde o Banco passou a contabilizar provisão para as ações prováveis, conforme prognóstico dos advogados, o efeito do ajuste foi reconhecido no resultado.

Do montante constituído a entidade executou um registro de provisão para obrigações decorrentes de uma descontinuidade no valor de R\$3.200. Em dezembro de 2013 o Banco vendeu (alienou) a Promotora. A provisão de descontinuidade executada é necessária para cobrir eventuais contingências passivas que possam ocorrer na Promotora, assumida pelo Banco no ato da alienação.

**b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 2013 o Banco possui o seguinte montante, e 2012 não possuía nenhum passivo contingente classificado como possível.

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Processos Trabalhistas	962	-
Processos Cíveis	33.813	-
<b>Total</b>	<b>34.775</b>	<b>-</b>

**18. Patrimônio Líquido**
**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social de R\$2.080.301 (2012 - R\$1.997.408) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2013 Total	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2012 Total
De Domiciliados no País	518.913.037	18.913.036	537.826.073	518.913.037	18.913.036	537.826.073
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>18.913.036</b>	<b>537.826.073</b>	<b>518.913.037</b>	<b>18.913.036</b>	<b>537.826.073</b>

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$12.100, mediante a capitalização do JCP, passando a R\$2.080.301, sem a emissão de novas ações. Em fase de homologação pelo Bacen.

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O registro do valor de mercado das ações de companhia aberta foi obtido através da utilização de preços divulgados pela BM&amp;FBovespa. Tais ações encontram-se classificadas como "Títulos disponíveis pra venda", havendo consequente registro de seu ajuste a valor de mercado diretamente no "Patrimônio líquido", considerando os efeitos tributários, no valor de R\$1.728 (2012 - R\$6.718).

Em 2013, foi realizado a reclassificação das Ações da JBSS03 ON de "Disponível para venda" para "Livres negociação", conforme Art. 5º Párrafo 3º da Circular nº 3.068. As ações da Vigor (VIGR3) permanecem com a mesma classificação.

O valor do ajuste relativo aos títulos públicos representados por NTN é de (R\$1.224).

**c) JCP e Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2013 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$26.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$22.100 (2012 - R\$95.050 - líquido de imposto R\$80.792). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$10.000 (2012 - R\$10.000) foi pago ao acionista, e o montante líquido de R\$12.100 (2012 - R\$70.793 - homologado pelo Bacen em 22 de abril de 2013) foi capitalizado na Companhia, cuja capitalização, está em fase de homologação pelo Bacen. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$10.267 (2012 - R\$38.020).

**19. Limites Operacionais**

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) inferior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Conglomerado Financeiro Original (composto pelo Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A.), encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio de Referência Nível I	2.035.360	1.922.900
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>2.035.360</b>	<b>1.922.900</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido) <sup>(1)</sup></b>	<b>2.731.814</b>	<b>483.233</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	1.994.580	193.479
RWA <sub>MIRAD</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	167.806	224.849
RWA <sub>OPAD</sub> (Parcela de Risco Operacional)	569.428	64.905
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>74,5</b>	<b>43,8</b>

<sup>(1)</sup> Para comparação entre a regra antiga e nova, deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

 O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

**20. Partes Relacionadas**
**a) Benefícios Pós-Emprego**

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

**b) Participação Acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2013	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F) <sup>(1)</sup>	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>100%</b>	<b>18.913.036</b>	<b>100%</b>	<b>537.826.073</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2012	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
<b>Total</b>	<b>518.913.037</b>	<b>100%</b>	<b>18.913.036</b>	<b>100%</b>	<b>537.826.073</b>	<b>100%</b>

**c) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>	<b>51.788</b>	<b>2.000</b>	<b>7.741</b>	<b>315</b>
Banco Original do Agronegócio S.A. <sup>(1)</sup>	51.788	2.000	7.741	315
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>134.584</b>	<b>250.396</b>	<b>33.794</b>	<b>-</b>
Vigor Alimentos S.A.	29.543	230.398	165	-
JBS S.A. (JBS) <sup>(2)</sup>	105.041	19.998	33.784	-
Fundo Matone V <sup>(3)</sup>	-	-	(155)	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>40.834</b>	<b>1.169</b>	<b>-</b>	<b>1.137</b>
Promotora <sup>(4)</sup>	39.999	334	-	302
J&F <sup>(5)</sup>	835	835	-	835
<b>Depósito a Vista</b>	<b>(86)</b>	<b>(309)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
JBS	(1)	(279)	-	-
Promotora	-	(22)	-	-
J&F	(78)	(8)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(7)	-	-	-
<b>Depósito Interfinanceiro</b>	<b>-</b>	<b>(150.238)</b>	<b>-</b>	<b>(2.987)</b>
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	(150.238)	-	(2.987)
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>(6.916)</b>	<b>(6.480)</b>	<b>(173)</b>	<b>(196)</b>
Promotora	(6.916)	(6.480)	(173)	(196)
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>-</b>	<b>(7.376)</b>	<b>-</b>	<b>(243)</b>
Promotora	-	(7.376)	-	(243)
<b>JCP a Pagar</b>	<b>(26.000)</b>	<b>(95.050)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
J&F (Nota 18.c)	(26.000)	(95.050)	-	-
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(1.043)</b>	<b>(32)</b>	<b>178</b>	<b>-</b>
Banco Original do Agronegócio S.A.	(894)	-	-	-
J&F	(149)	-	178	-
Promotora	-	(32)	-	-
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(648)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
J&F	(648)	-	-	-

<sup>(1)</sup> Controlado pela J&F;

<sup>(2)</sup> Em dezembro de 2013 foi realizado a reclassificação das ações de Disponível para Venda para Negociação;

<sup>(3)</sup> Alienação realizada em 2013;

<sup>(4)</sup> Refere-se a descapitalização no valor de R\$19.999 e dividendos a receber no mesmo valor; e

<sup>(5)</sup> Controlador.

**21. Receitas de Prestação de Serviços**

	2º Semestre		01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012	
Operações de Crédito		87		87		-
Cobrança e Arrecadações		309		936		-
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos		1.552		1.734		-
Outras		21		35		141
<b>Total</b>		<b>1.969</b>		<b>2.792</b>		<b>141</b>

**22. Despesas de Pessoal**

	2º Semestre		01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012	
Remuneração		30.750		48.769		7.588
Encargos		8.932		15.380		2.478
Benefícios		2.862		5.547		2.237
Honorários		-		-		218
Outras		15		32		8
<b>Total</b>		<b>42.559</b>		<b>69.728</b>		<b>12.529</b>

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco Original do Agronegócio S.A. foi transferido para o Banco. As despesas de pessoal foram, em sua maioria, transferidas também.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23. Outras Despesas Administrativas**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	10.875	25.611	51.842
Depreciações e Amortizações	801	1.799	1.997
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	1.153	2.502	2.169
Comunicações	501	858	2.968
Processamento de Dados	2.568	4.285	7.629
Aluguéis	4.258	7.320	5.978
Transportes e Viagens	803	1.241	1.169
Serviços de Vigilância e Segurança	1	1	22
Manutenção e Conservação de Bens	211	353	714
Serviços do Sistema Financeiro <sup>(2)</sup>	4.795	9.120	150.943
Água, Energia e Gás	33	68	123
Material	68	112	81
Outras	2.287	5.450	14.687
<b>Total</b>	<b>28.354</b>	<b>58.720</b>	<b>240.322</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

<sup>(2)</sup> Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

**24. Despesas Tributárias**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Despesa com Cofins	4.675	8.988	24.114
Despesa com ISS	99	140	494
Despesa com PIS/Pasep	760	1.461	3.918
Outras	167	569	199
<b>Total</b>	<b>5.701</b>	<b>11.158</b>	<b>28.725</b>

**25. Outras Receitas Operacionais**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Atualização de Depósitos Judiciais	-	-	20
Atualização de Impostos a Compensar	108	294	183
Recuperação de Encargos e Despesas	3.460	3.460	971
Reversão de Provisões Operacionais			
Outras	323	396	46
Juros Recebidos	-	-	107
Outras	922	2.678	223
<b>Total</b>	<b>4.813</b>	<b>6.828</b>	<b>1.550</b>

**26. Outras Despesas Operacionais**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Provisões Operacionais			
Trabalhistas e Cíveis	(4.588)	761	43.787
Outras	1.356	1.356	-
Despesas com Cartão de Crédito	-	-	-
Despesas com Operações de Crédito	3.467	5.703	6.413
Perdas em Renegociações de Dívidas	-	-	7.336
Patrocínio	62	61	800
Outras	84	492	104
<b>Total</b>	<b>381</b>	<b>8.373</b>	<b>58.440</b>

**27. Resultado não Operacional**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	685
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	24	-
Ganho de Capital	487	487	391
Outras Receitas/(Despesas)	(23)	(93)	(543)
<b>Total</b>	<b>464</b>	<b>418</b>	<b>533</b>

**28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

**Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado**

	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	<b>35.483</b>	<b>132.176</b>
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(13.700)	(7.117)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	8.564	26.818
<b>Base de Cálculo - CSLL</b>	<b>30.347</b>	<b>151.877</b>
<b>Base de Cálculo - IRPJ</b>	<b>37.741</b>	<b>162.082</b>
CSLL - 15%	(4.552)	(22.782)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(9.306)	(39.917)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(13.858)</b>	<b>(62.698)</b>
IRPJ e CSLL Exercícios Anteriores	(126)	(232)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(13.984)	(62.930)

**29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

 Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

**a. Gerenciamento de Riscos Operacionais**

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO).

**b. Gerenciamento de Riscos de Mercado**

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: VaR (*Value at Risk*), Testes de Estresse, *Stop Loss* e Análise de sensibilidade.

**c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez**

O Banco tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Banco relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

**d. Gerenciamento de Riscos de Crédito**

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição, de forma independente das áreas de negócio.

**30. Reestruturação Societária**

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades da entidade de acordo com o plano de negócios.

**a. Venda da Promotora**

Em 27 de dezembro de 2013, o Banco celebrou a venda da Promotora, devido a descontinuidade de negócio. O referido fechamento da operação compreendeu na transferência efetiva, de 101.740.033 quotas nominativas, totalmente integralizadas, com valor unitário de R\$1,11 centavos, representando 99,998525% de participação. Os ativos e passivos da Promotora totalizavam R\$146.673 e R\$50.729, respectivamente. O preço certo e ajustado a quotas, para fins de celebração do contrato definitivo de compra e venda da Sociedade, foi de R\$95.944. O pagamento do preço, se dará por um valor inicial de R\$25.000 (recebido em 30 de dezembro de 2013), e a diferença entre o preço de compra e a parcela já recebida, deverá ser paga no primeiro semestre de 2014, devidamente corrigida monetariamente pela taxa média diária do CDI, desde 31 de dezembro de 2013 até o efetivo pagamento.

Não houve ganho reconhecido nesta operação, o valor a receber se encontra registrado na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

**b. Venda da Bem-Vindo**

Em 29 de fevereiro de 2012, o Banco (Vendedor) vendeu integralmente para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) (Comprador) e a Matone Participações S.A. (Comprador), denominados (Compradores), a rede de lojas Bem-Vindo e todos os sistemas e processos necessários à realização das operações de crédito consignado e demais serviços financeiros prestados por esta. Dessa forma, o Banco deixa de manter seu foco de atuação na originação de empréstimos consignados.

A operação foi homologada pelo Bacen.

**31. Outras Informações****a. Garantias Prestadas**

Em 31 de dezembro de 2013, os avais de fianças concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$68.320 (2012 - R\$22.522), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários, e coobrigação em cessões de créditos em R\$1.400 (2012 - R\$2.841), pelas taxas das cessões.

**b. Seguros**

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2013 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$18.804 (2012 - R\$174.406) referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$733 (2012 - R\$2.371). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

**c. Plano de Aposentadoria e Pensões**

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

**A DIRETORIA****CONTADOR - Alexandre Passos Alves - CRC 15P297.700/O-2****RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Conglomerado em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações nos processos que audita.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos e responsável pela Ouvidoria, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2013 e os relatórios da Ouvidoria do mesmo período.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos de auditoria interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2013 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 19 de março de 2014

**Comitê de Auditoria**



**Banco Original**

[www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br)